

Resposta

Em resposta à correspondência do Comando nacional dos Eletricitários, que reivindicava a reposição de 100% da inflação para os meses de setembro e outubro nas estatais federais, a Eletrobrás respondeu, após referir-se à Lei salarial em vigor, que "a reposição integral dos índices mensais de inflação, no momento, é matéria esgotada..."

Fome

Foi lançado na sexta-feira passada na sede da Celesc (Itacorubi) o Comitê de Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida. Os empregados da Celesc que desejarem se integrar à Comissão já existente poderão participar de uma reunião hoje (dia 17) no auditório Milan Milash.

Cipeiros

A Agência Regional de São Miguel do Oeste - Celesc - elegeu dia 30 de agosto os novos membros da Cipa daquela região. Os novos cipeiros titulares são: Luiz Augusto Dalacosta (106 votos), Élio Cristófolli (86 votos), Realdo Back (50 votos) e José Klafke (33 votos). Na suplência ficam Sérgio Hoffelder, Marino Ramos, Osni Leandro de Souza Filho e Vilmar Piasceski.

Secretária Eletrônica

A Procuradoria Regional do Trabalho está apurando os desmandos praticados pela direção do Sindicato das Secretárias - Sinsesc - que realizou uma "assembleia de secretárias eletrônicas" para conseguir outorga de poderes para negociar com a Celesc em nome da categoria. Segundo o próprio sindicato cerca de nove pessoas estavam presentes na assembleia, mas foram computados cerca de 40 votos "por fax". No dia 13 de setembro a procuradora Marilda Rizzati reuniu no auditório da Celesc representantes da empresa, do Sindicato das Secretárias e as próprias secretárias para apurar o ocorrido. A principal evidência da reunião foi a de que não há interferência do Sinergia no processo, como afirma o Sinsesc. O chefe de gabinete da Procuradoria, Itamar Bevilacqua, disse que o que está em discussão é o exercício do direito à cidadania, uma vez que trata-se de uma denúncia das próprias secretárias por não se sentirem representadas pela entidade.

LINHA VIVA

Nº 241
16/09/93

NADA!

Nada. Esta palavra é uma síntese perfeita do que a Celesc ofereceu aos empregados na segunda rodada de negociações com a Intersindical, que aconteceu ontem (dia 15). A primeira reunião aconteceu na semana passada e não se efetivou enquanto negociação, pois a empresa não tinha respostas a apresentar.

Na reunião de ontem a empresa deu resposta negativa a todas as reivindicações novas constantes da pauta dos eletricitários e propõe a manutenção dos itens do acordo atual, modificando para menos outros itens e ainda suprimindo o " piso salarial" e o "salário família acordo". Além disso, quanto à política salarial a empresa manifestou sua intenção de não aplicar os reajustes mensais linearmente, ou seja, em todas as faixas salariais.

"A empresa está centrando toda a discussão em questões econômicas, deixando de lado diversas questões sociais e de

grande importância para a empresa, como o ombudsman, que sequer foi referido", destaca Arno Cugnier um dos negociadores da Intersindical.

Sobre a garantia de emprego, a empresa diz que tudo vai depender da posição do governo sobre o assunto.

Para surpresa dos sindicatos, a empresa apresentou uma pauta de reivindicações à Intersindical falando do pagamento de gratificações, periculosidade, atuação de dirigentes sindicais, CCQ/produtividade, compensação de feriados e horas extras e assistência jurídica.

A Intersindical avalia que se não houver uma participação efetiva da categoria na campanha os resultados poderão ser drásticos para os eletricitários. "Não podemos nos deixar levar por alguma migalha econômica e botar a perder conquistas antigas da categoria. Eles vão tentar fazer isso", avalia João Paulo de Souza, diretor do Sinergia.

Fim do FGTS

O Ministro do Trabalho, Walter Borelli, está defendendo o fim do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Segundo o ministro o fundo "não serve nem como indenização para o trabalhador demitido nem tem mais recursos para financiar a casa própria". Borelli destaca que a ideia não é do governo, mas sua e que isso só pode ser definido na reforma constitucional. "Na reforma temos que mexer nos encargos sociais para diminuir o custo da mão-de-obra", conta Borelli que acredita que com o fim dos FGTS as indenizações seriam "privatizadas".

Compensação

O plebiscito realizado pela Intersindical sobre a compensação dos feriados na Eletrosul aprovou por ampla maioria nos quatro estados do sul. Em Florianópolis foram 831 votos favoráveis, 127 contrários e quatro brancos.

Aposentadoria

Continua no Congresso nacional a luta de sindicalistas do setor elétrico e de outras categorias para a manutenção da aposentadoria especial. Se depender do entendimento inicial do grupo de trabalho que trata do assunto, que é formado por assessores dos ministérios da Previdência e do Trabalho, a aposentadoria especial deve ser extinta. O Sinergia, através do diretor Hélio Coimbra, acompanha e participa ativamente do processo.

Greve no Besc

Começou na quarta-feira, 15, a greve por tempo indeterminado dos empregados do Banco do Estado de Santa Catarina. Os bancários rejeitaram a proposta de acordo feita pelos representantes da diretoria do banco em negociação na tarde do dia 14, considerando-a uma provocação. A categoria exige, entre outros itens, reajuste mensal de salários com base em 100% da inflação do mês anterior, ganho de produtividade de 9,31%, melhores condições de saúde e trabalho, e a eleição imediata de um representante dos empregados junto à diretoria do banco. Os representantes do Besc propõem mecanismos de reajuste salarial diferentes para faixas até e acima de seis salários mínimos.

Participe das

ASSEMBLÉIAS

regionais que vão discutir a campanha

HOJE

informe-se da hora e local no seu sindicato

Decreto regula negociações nas estatais

O Governo Federal publicou em 1º de setembro o Decreto nº 908, fixando as diretrizes que as empresas estatais sob controle da União - como as do Sistema Eletrobrás - devem seguir nas suas negociações coletivas de trabalho. Ele também dá nova vida ao Comitê de Controle das Estatais (CCE) que, embora criado em 1991, não tinha saído do papel.

Este Decreto se enquadra na atual política econômica do Governo, que busca a redução do déficit público, ao aumentar o controle das despesas de pessoal nas estatais através da uniformização do seu tratamento.

O Decreto determina que as empresas devem "esgotar todas as possibilidades no sentido de viabilizar a celebração de acordos coletivos de trabalho satisfatórios às partes". Os meios para superar eventuais impasses nas negociações também devem ser negociados, o que dá a entender que as empresas não mais se utilizarão da arbitragem da Justiça do Trabalho, que tantos prejuízos já acarretou aos trabalhadores.

Outro aspecto importante do processo de negociação que deve ser consensado entre as partes é o "fornecimento de informações inerentes ao objeto das negociações, bem como da situação econômico-financeira da empresa". Mesmo que a definição dessas informações seja negociável, se espera uma maior transparência e objetividade, pois agora a argumentação das empresas terá que ser acompanhada de dados comprováveis. As empresas também são forçadas a negociar na data-base todas as cláusulas dos acordos coletivos em vigor, impedindo a tradicional recusa à discussão.

Regras do jogo - O Decreto estabelece condições e limites para as contra-propostas das empresas para as reivindicações das pautas dos sindicatos. Os reajustes das tabelas sala-

riais, dos valores dos benefícios e vantagens são limitados pela variação do índice adotado na Lei salarial, desde a última data base, dependendo das condições financeiras da empresa. Por isso, o Decreto autoriza a reposição das perdas salariais.

Além dessa regra básica, os aumentos reais de salários, a concessão de novos benefícios ou vantagens, e de reajustes salariais futuros superiores ao estipulado em Lei, passam a depender de melhoria do desempenho da empresa e de autorização do CCE. Este Comitê vai autorizar ou não estas concessões em função de uma série de critérios econômicos e financeiros da empresa e do mercado: endividamento, recursos próprios, recursos orçamentários, produtividade, distribuição de dividendos, performance operacional, mercado de trabalho, preços e tarifas.

O decreto fixa ainda uma série de normas e procedimentos: as empresas devem manter o CCE informado das negociações, devem publicar no Diário Oficial da União os acordos coletivos e diversos dados salariais, e só assinar acordos com vigência máxima de 12 meses.

A possibilidade do Decreto trazer avanços para a negociação coletiva e para a transparência da administração pública é grande. Resta saber como ele vai ser aplicado, pois a experiência anterior de órgãos como o CCE, caracterizou-se mais pela burocratização do processo de decisão e pelo aumento das dificuldades para a composição negociada dos interesses.

Outra interpretação possível para o decreto seria a de que o CCE viria com uma missão bem afinada com as intenções do governo de privatizar o setor elétrico. Neste caso seriam criadas todas as dificuldades e entraves nas negociações, com vistas a "preparar" as empresas para receber o capital privado.

Setor elétrico está à venda pela metade do preço

Com o final do processo de privatização do setor siderúrgico, repleto de falcaturas, os empresários lançam agora seu olhar - em forma de cifrão - para o setor elétrico.

Medidas concretas já vêm sendo tomadas pelo governo nesta nova investida contra o patrimônio público. Pelo lado institucional, esforços são dirigidos no sentido de aprovação da Lei das Concessões. Enquanto isso não acontece, vão sendo emitidos decretos com objetivo de abrir caminho para a "entrega" do setor elétrico, cujos preparativos serão arrematados com o golpe da Reforma Constitucional.

Por outro lado, segue a política de recuperação tarifária. Após décadas de achatamento das tarifas e subsídios que descapitalizaram as estatais, é preciso agora saneá-las para o capital privado.

Mas o filão é ainda mais tentador do que parece.

Segundo matéria da Folha de São Paulo do último domingo, as ações das estatais de energia elétrica são as novas vedetes nos pregões das Bolsas de Valores. E não é para menos. As "vantagens" oferecidas por estas empresas ficam evidenciadas no estudo feito pela *Patrimônio*, pertencente ao grupo *Salomon Brothers*, um dos maiores bancos dos Estados Unidos. Foi analisada a relação entre o preço de mercado das estatais brasileiras de energia e seu valor patrimonial. O resultado é surpreendente. O preço de mercado da Celsa, por exemplo, chega apenas à 37% de seu patrimônio.

Na média, as concessionárias de energia do país valem menos da metade do seu valor patrimonial (45%). Já o preço do mercado de empresas congêneres nos EUA, por exemplo, é em média 152% de seu respectivo patrimônio. Muito simples. As ações das empresas brasileiras estão subvalorizadas no pregão, o que as transforma em verdadeiras barbas para o capital privado.

Consórcios: novo caminho para as privatizações

No dia 6 de setembro o governo emitiu o Decreto nº 915, autorizando a formação de consórcios para geração de energia elétrica. Três modalidades de consórcio estão previstas no decreto: entre os próprios concessionários, (como o que está em formação entre a Celsa e a Eletrosul para a conclusão de Itá); entre privadas para o próprio consumo (beneficiando especialmente os eletrointensivos); e finalmente entre concessionárias e empresas privadas.

Na verdade a medida objetiva permitir aporte de capital privado no sistema elétrico nacional. Já se pensa inclusive na privatização das 20 usinas em fase adiantada de construção em todo o país, entre elas a de Jacuí.



Sinergia tem relatório sobre consórcio da Copelmi para Jacuí

Há cerca de 4 meses, ainda na gestão Gazaniga na Eletrosul, um telefonema anônimo de alguém extremamente informado que se dizia da direção do PFL do RS, alertou o Sinergia sobre uma negociação envolvendo 260 milhões de dólares (mais ou menos 6 pontes Pedro Ivo). Tratava-se da criação de um consórcio liderado pela Copelmi, empresa mineradora daquele estado, com a finalidade de concluir a obra da usina termelétrica de Jacuí, pertencente à Eletrosul.

Desde então, o Sinergia vem coletando informações e documentos, se instrumentando para interferir contra a criação do consórcio, que é um

evidente artifício de transferência do patrimônio público para o capital privado.

O Sinergia elaborou um relatório contendo todos as informações colhidas sobre o assunto que será encaminhado à Assembleia Legislativa do RS em uma audiência pública na próxima quarta-feira.

Paralelamente, o Sinergia procurou a direção da Eletrosul para discutir a questão. Ficou marcada para o dia 17 uma reunião onde o sindicato vai expor os elementos do relatório à diretoria da empresa.

O conteúdo do relatório só será divulgado após a audiência na Assembleia Legislativa do RS.

TRIBUNA LIVRE

Qualidade e produtividade

Clóvis Scherer Técnico do DIEESE

Realizou-se no final de agosto, em Campinas (SP), o Seminário Nacional "Os trabalhadores e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade" (PBQP). Ele teve como objetivo oferecer um conjunto de informações e reflexões que permitissem ao Movimento Sindical discutir nos seus fóruns deliberativos a participação e as propostas a serem encaminhadas no Programa. Foi uma promoção conjunta do DIEESE, CUT, CGT e Força Sindical, entidades que participam do Comitê Nacional do PBQP e da Comissão de Valorização do Trabalho e Emprego e contou com a participação de aproximadamente 190 dirigentes sindicais das três centrais além de assessores, empresários e representantes de entidades públicas e privadas.

Na programação de três dias, foi apresentado o PBQP, as iniciativas já tomadas pelo DIEESE e pelas Centrais, além de ter proporcionado debates entre sindicalistas, acadêmicos, empresários e representantes do Governo.

Os sindicalistas presentes ao evento elencaram as oportunidades e problemas dos programas de qualidade e produtividade. As cinco oportunidades mais citadas (pontos positivos) foram: 1) melhoria das condições de trabalho; 2) discutir a participação dos trabalhadores na gestão, produção e processo de trabalho; 3) competitividade no mercado interno e externo; 4) diminuir o desemprego; e 5) maior participação do trabalho na renda nacional. Por outro lado, os problemas citados foram: 1) aumento da marginalização; 2) cultura autoritária do empresariado brasileiro; 3) produtividade com qualidade sem participação nos lucros; 4) baixa escolaridade e dificuldade de reciclagem; e 5) desemprego da mão-de-obra não-qualificada.

O que parece ser a maior preocupação é com o aumento da produtividade, através da incorporação de novas técnicas de gestão e de tecnologias economizadoras de emprego, pois tem ampliado as desigualdades sociais com a criação de desemprego estrutural de longo prazo. Nos últimos três anos, o setor formal da economia brasileira teve reduzidas 2,4 milhões de vagas, enquanto que no primeiro semestre deste ano o crescimento da ocupação foi de cerca de 360 mil novas vagas. Ou seja, do jeito como está se dando o processo de modernização, dificilmente o emprego perdido nestes anos recessivos vai ser recuperado numa eventual fase de crescimento e vai levar à maior marginalização.

Por outro lado, a melhoria das condições de trabalho, a democratização das empresas, o aumento do nível de educação e a elevação da renda da população foram citadas unanimemente como desafios imprescindíveis para que se atinja maior qualidade e produtividade. Mais uma razão, portanto, para se alterar a atual lógica da modernização, direcionando-a para a melhoria da qualidade de vida da maioria da população.

EDITORIAL

Ameaças à soberania

A cada dia a reforma da Constituição ganha mais espaço na mídia e com a recente votação no Congresso, sua realização ficou praticamente marcada para 6 de outubro deste ano. Na contrapartida, centenas de entidades representativas da sociedade, coordenadas pela CUT, OAB, CNBB, Contag, CGT, UNE e outras, organizam comitês contra a revisão. Mas o que está em jogo nesta revisão? Quais os interesses que fizeram dela uma bandeira para uma enorme gama de parlamentares e políticos?

Apesar de não ser o "supra sumo" da democracia, a constituição de 88 consolidou uma série de direitos fundamentais do indivíduos e direitos coletivos e sociais. Também assegurou diversos dispositivos importantes para a soberania, como a definição de empresa nacional e controle estatal sobre telecomunicações, combustíveis e energia elétrica. É bem verdade que muitos direitos e dispositivos democráticos ainda são "letra morta", sem aplicação efetiva, mas a palavra "flexibilização de direitos" é uma arma apontada contra eles.

Na Constituinte nem tudo aconteceu como os conservadores desejavam. Embora eles tenham dado o tom majoritário no texto da Carta, tiveram que "engolir" alguns avanços que são incômodos para o projeto neo-liberal. Desta forma, o interesse da revisão constitucional é adequar a legislação do país às diretrizes do capital internacional. Inclusive já houve menção à ne-

cessidade da reforma por parte do FMI, nas intermináveis negociações da dívida externa. Tratar-se-ia de um "estado mínimo", desobrigado com educação, saúde, previdência. Um modelo de estado que inviabiliza a implementação de qualquer modelo de desenvolvimento gerador de empregos e distribuidor de renda.

Na mira dos conservadores, dos defensores do neo-liberalismo, estão os direitos coletivos e trabalhistas, a organização sindical, as empresas estatais, saúde, educação e as garantias do funcionalismo público. Em suma, a desestruturação do estado nacional e da organização popular.

A repercussão da manobra pretendida é muito maior do que a supressão de alguns - e não poucos - direitos. É o enquadramento irrestrito do país, através de sua Constituição, à nova ordem mundial, coordenada pelo capital financeiro transnacional.

Há muita coisa a ser discutida sobre a "revisão", até mesmo a legitimidade do atual Congresso para procedê-la. Mas destacamos agora questões como as concessões de serviços públicos - especialmente energia elétrica - para alertar com relação a um necessário debate que deve movimentar toda a sociedade e, em especial, a classe trabalhadora, que neste processo arrisca perder não só direitos, mas traços fundamentais da independência de seu país.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Siqueira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



O índio e a modernidade

Berta G. Ribeiro*
Antropóloga do Museu
Nacional (UFRJ)

Esta é a programação do cinema do Centro Integrado de Cultura até a próxima terça-feira. São filmes da Mostra do Cinema Francês. Os eletricitários com carteira do Sinergia pagam meia entrada, por acordo entre o sindicato e o CIC.

16 - quinta-feira

21h - Sujo como um anjo

17 - sexta-feira

21h - Os amantes da Pont-Neuf

18 e 19 - sábado e domingo

19h - Sujo como um anjo

21h - Os amantes da Pont-Neuf

20 e 21 - segunda e terça-feira

A programação do dia 22 não foi confirmada até o fechamento desta edição.

RESENHAS

Sujo como um anjo

1991. Realização de Catherine Breillat. Imagens de Laurent Dailland. Música de Oliver Manoury. Com: Claude Brasseur (Deblache), Lio (Barbara), Nils Tavernier (Théon), Claude Jean Philippe (Manoni). Duração: 1h40min

O filme revela uma nova diretora com notoriedade no mercado europeu. É um filme sobre o meio policial, mas não fica nisso: discute a solidão, a amizade, a traição. O filme é invulgar por se tratar de uma visão feminina sobre o assunto.

Os amantes da Pont-Neuf

1991. Realização de Leos Carax. Imagens: Jean-Ives Escoffier. Décors: Michel Vandestien. Intérpretes: Juliette Binoche, Dennis Lavant, Kalus Michael Grüber, Daniel Buain. Duração: 2h5min

A idéia do filme ocorreu ao diretor de 33 anos quando lhe passou pela cabeça que a Pont-Neuf de Paris, interdita da circulação de carros para a sua reestruturação passaria a servir de abrigo para os vagabundos que não têm onde dormir. É um filme poético cheio de citações de grandes obras do cinema.

Alterações na programação são de inteira responsabilidade do CIC.

Uma pretensa modernidade vem sendo imposta aos países do Terceiro Mundo desde o início da colonização. Mas ao invés de encurtar a distância entre o "atraso" e o "progresso" aumenta o fosso que medeia entre os países cênicos e periféricos, que não conseguem alcançar seu padrão industrial e energético.

Nesse quadro erige-se a questão ecológica. Não se trata apenas de restabelecer a harmonia entre homem e natureza. Trata-se de resgatar a dignidade cidadã, cerzindo o tecido roto da solidariedade humana. Trata-se, ainda, de frear o flagelo da inadimplência e da desesperança que se abate sobre o Terceiro Mundo e ameaça a degradação do meio ambiente: e de estancar o consumismo obsessivo do Primeiro Mundo, que está causando a exaustão dos recursos naturais, a poluição do ar e da água, o aquecimento da biosfera.

Nosso subdesenvolvimento não se situa no que seria, aparentemente, a ignorância do homem comum. Embora pobre, o camponês tradicional - e antes dele, o índio - sabia construir sua casa, cuidar da saúde e prover sua subsistência de maneira auto-suficiente. O subdesenvolvimento se espelha no descabro das nossas megalópoles, assoladas pela criminalidade e a orfandade social, que apresentam o pólo deteriorado do desenvolvimento dependente. A prosseguir nesse rumo, jamais alcançaremos uma prosperidade generalizável a toda a população e as conquistas tecnológicas ficarão restritas, como até agora, ao desfrute de uma minoria.

Vejamos, olhando para o passado, quais as lições que a cultura indígena nos tem a dar. A mais importante em nossos dias é a conservação da diversidade biológica, que está sendo destruída por não reconhecer-se nela potencialidade econômica. Sua preservação só estará garantida quando os poderes públicos forem convencidos de que a melhoria das sementes que usamos para a alimentação, os novos medicamentos e novas matérias primas manufatureiras dependem da biodiversidade. E que ela depende da conservação de ecossistemas específicos onde integram solo, clima, sistema hídrico, flora, fauna e o homem. As áreas em que a integridade do meio ambiente é pouco perturbada e naturalmente refeita são aquelas habitadas pelas populações aborígenes.

A segunda lição dos povos tribais é a concepção de que os recursos do solo e das águas do território que habitam são comuns a todos e, portanto, acessíveis aos que deles necessitam. A terra

e seus frutos, a água, são apropriadas mediante o trabalho. Delas se extraem produtos para o auto-sustento e excedentes para trocas. O sistema de trabalho é organizado de modo a haver cooperação para as tarefas exigentes de maior número de pessoas.

Tal como o acesso aos recursos naturais, aberto à coletividade, o conhecimento acumulado por gerações para manejá-los é igualmente acessível a todos. Isso diz respeito, também, a outro tipo de conhecimento como as técnicas artesanais, as artes plásticas, gráficas, música, literatura e religião. Cada indivíduo exerce essas atividades segundo seu sexo, idade, gosto, tendência e capacidade. O conjunto dos bens utilitários e simbólicos, assim criados, bem como o saber que os informa, constitui, ao lado da língua, a marca definidora do grupo. É o emblema tribal registrado, muitas vezes, na própria pele, no corte do cabelo, nas mutilações faciais, conferindo ao universo cultural uma homogeneidade visual que milita em favor da identidade étnica.

As práticas agrícolas indígenas - terceira lição que têm a nos oferecer - continuam sendo um modelo para o uso da terra, sobretudo na Amazônia. Abatem uma pequena parcela, geralmente um hectare por ano, em torno do qual deixam um corredor ecológico. As sementes trazidas por aves e insetos refazem a mata primária que torna a ser abatida passados 20 ou 25 anos. O consórcio de várias espécies de diferentes alturas plantadas nas roças impede que o impacto da chuva e o sol abrasador erodam e compactem o solo.

As outras vantagens que apresenta a agricultura itinerante são: 1) não erradicando toda a vegetação, mantém a estrutura e a fertilidade inorgânica do solo; 2) minimiza o espaço e o tempo de exposição do solo ao sol e às intempéries, impedindo a perda da permeabilidade e a volatilização dos nutrientes; 3) imita a floresta natural mediante a policultura, impedindo a propagação de pragas e a competição das plantas pelos mesmos nutrientes; 4) a queima em pequena escala produz cinza e carvão que fertilizam a terra devolvendo nutrientes para alimentar os brotos.

Outra lição dada pelos índios é a dispersão dos campos de cultivo e das próprias aldeias. Com isso, evitam a

deprecação dos recursos das florestas, conservando refúgios ecológicos de biomassa que constituem bancos naturais de germoplasma. A biodiversidade, segundo os ecólogos, não resulta apenas das forças naturais, mas também das atividades agrícolas de sociedades aborígenes. Trata-se de um fenômeno biocultural, produzido por milhares de anos de interação entre povos indígenas e seus ambientes.

Ao contrário da ótica ocidental de que o homem é a medida de todas as coisas, devendo a natureza sujeitar-se a seus desígnios, na visão indígena o homem é parte de sistemas supra-individuais que transcendem nossas vidas. Para se ter uma certa qualidade de vida é preciso deixar vingar, segundo suas necessidades específicas, todas as formas de vida.

Tratando do México indígena, cuja cultura foi ignorada e negada pela dominação colonial e pelos projetos subsequentes de organização da vida nacional, Guillermo Bonfil Batalla argumenta que, para formular um projeto de nação seria preciso:

"(...) incorporar como capital ativo o patrimônio dos mexicanos que herdamos: não só os recursos naturais como também as diversas formas de entendê-los e aproveitá-los através dos conhecimentos e tecnologias que são a herança histórica dos povos que compõem a nação; não só a força de trabalho individual de milhões de compatriotas como também as formas de organização para a produção e o consumo, que persistem no México profundo e que tornaram possível sua sobrevivência."

Em momentos de crise, como a que atravessamos, reaviva-se na América Latina a reflexão sobre a quem se serviu e a quem continuará servindo a "modernidade". E verifica-se: o que parecia arcaico é na verdade progressista e o que parece ser moderno é de fato retrógrado.

* *Matéria publicada no Boletim da Associação Brasileira de Antropologia*

